

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1	
PREMISSAS FUNDAMENTAIS E ASPECTOS INTRODUTÓRIOS.....	21
1. A tutela cautelar no processo penal	21
2. Lei nº 12.403/11 e o fim da bipolaridade das medidas cautelares de natureza pessoal previstas no Código de Processo Penal	23
3. Lei nº 12.403/11 e sua aplicação no tempo.....	26
4. Princípios aplicáveis às medidas cautelares de natureza pessoal	30
4.1. Da presunção de inocência (ou da não culpabilidade).....	31
4.1.1. Da regra probatória (<i>in dubio pro reo</i>)	33
4.1.2. Da regra de tratamento	34
4.1.3. Concessão antecipada dos benefícios da execução penal ao preso cautelar	36
4.2. Da jurisdicionalidade (princípio tácito ou implícito da individualização da prisão e não somente da pena).....	37
4.2.1. Da vedação da prisão <i>ex lege</i>	40
4.3. Da proporcionalidade	42
4.3.1. Da adequação	46
4.3.2. Da necessidade	47
4.3.3. Da proporcionalidade em sentido estrito.....	49
5. Pressupostos das medidas cautelares: <i>fumus comissi delicti e periculum libertatis</i> .	53
6. Características das medidas cautelares	57
7. Procedimento para a aplicação das medidas cautelares de natureza pessoal	58
7.1. Aplicação isolada ou cumulativa das medidas cautelares.....	58
7.2. Decretação de medidas cautelares pelo juiz de ofício	59
7.3. Legitimidade para o requerimento de decretação de medida cautelar.....	60
7.4. Contraditório prévio à decretação das medidas cautelares	63
7.5. Descumprimento injustificado das obrigações inerentes às medidas cautelares	65
7.6. Revogabilidade e/ou substitutividade das medidas cautelares	68
7.7. Recursos adequados	69
7.7.1. Em favor da acusação	69
7.7.2. Em favor do acusado	71
7.8. Duração e extinção das medidas cautelares de natureza pessoal.....	72

7.9. Detração.....	73
CAPÍTULO 2	
PRISÃO	77
1. Conceito de prisão e seu fundamento constitucional	77
2. Espécies de prisão	78
3. Prisão Extrapenal	78
3.1. Prisão civil.....	78
3.1.1. Prisão civil do devedor de alimentos e do depositário infiel	78
3.1.2. Prisão do falido	81
3.2. Prisão administrativa	82
3.2.1. Prisão do estrangeiro para fins de extradição, expulsão e deportação.....	84
3.3. Prisão militar	87
3.3.1. Da prisão militar em virtude de transgressão disciplinar.....	87
3.3.2. Da prisão militar em virtude de crime propriamente militar.....	90
4. Prisão penal (<i>carcer ad poenam</i>)	94
5. Prisão Cautelar (<i>carcer ad custodiam</i>)	94
6. Momento da prisão.....	98
6.1. Inviolabilidade do domicílio.....	98
6.2. Conceito de dia	100
6.3. Cláusula de reserva de jurisdição.....	101
6.4. Momento da prisão e Código Eleitoral	102
7. Imunidades prisionais.....	103
7.1. Presidente da República e Governadores de Estado.....	103
7.2. Imunidade diplomática	104
7.3. Senadores, deputados federais, estaduais ou distritais.....	105
7.4. Magistrados e membros do Ministério Público.....	107
7.5. Advogados.....	108
7.6. Menores de 18 anos	109
8. Prisão e emprego de força	110
9. Mandado de prisão	111
9.1. Cumprimento do mandado de prisão	114
9.2. Difusão vermelha (<i>red notice</i>)	121
9.2.1. Difusão vermelha a ser executada no exterior	122
9.2.2. Difusão vermelha a ser cumprida no Brasil.....	122
10. Prisão Especial e separação de presos provisórios.....	124
10.1. Prisão de Índios	128
11. Sala de Estado-Maior	130
CAPÍTULO 3	
DOS DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E CONVENCIONAIS ATINENTES À LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO	133

1. Da observância dos direitos fundamentais no Estado de Direito	133
2. Do respeito à integridade física e moral do preso.....	135
2.1. Respeito à integridade moral do preso e sua indevida exposição à mídia.....	136
2.2. Respeito à integridade física e moral do preso e uso de algemas.....	139
3. Da comunicação imediata da prisão ao juiz competente e ao Ministério Público ...	141
4. Da comunicação imediata da prisão à família do preso ou à pessoa por ele indicada	144
5. Do direito ao silêncio (<i>nemo tenetur se detegere</i>).....	145
5.1. Titular do direito de não produzir prova contra si mesmo	145
5.2. Advertência quanto ao direito de não produzir prova contra si mesmo	146
5.3. Desdobramentos do direito de não produzir prova contra si mesmo.....	149
5.4. Bafômetro: a infração administrativa de embriaguez ao volante e a nova redação do crime de embriaguez ao volante (Lei nº 12.760/12)	157
5.5. Consequências do exercício do direito de não produzir prova contra si mesmo	161
5.6. O direito de não produzir provas contra si mesmo e a prática de outros delitos	162
6. Da assistência de advogado ao preso	163
7. Do direito do preso à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial	165
8. Do relaxamento da prisão ilegal	167
9. Modelos pertinentes ao assunto	171
9.1. Modelo de nota de ciência de garantias constitucionais	171
9.2. Modelo de nota de culpa	172
9.3. Modelo de comunicação de prisão à autoridade judiciária	173
9.4. Modelo de decisão judicial após a comunicação da prisão em flagrante.	174
9.5. Modelo de ofício de comunicação de prisão em flagrante à Defensoria Pública	175
9.6. Modelo de auto de uso de algemas.....	176
9.7. Modelo de pedido de relaxamento de prisão	177
9.8. Modelo de decisão de relaxamento de prisão	178

CAPÍTULO 4

DA PRISÃO EM FLAGRANTE	179
1. Conceito de prisão em flagrante.....	179
2. Funções da prisão em flagrante.....	180
3. Fases da prisão em flagrante	181
4. Natureza jurídica da prisão em flagrante delito	182
5. Sujeito ativo da prisão em flagrante.....	185
5.1. Flagrante facultativo	185
5.2. Flagrante obrigatório, compulsório ou coercitivo	185
6. Sujeito passivo do flagrante.....	186
7. Espécies de flagrante	186

7.1.	Flagrante próprio, perfeito, real ou verdadeiro.....	187
7.2.	Flagrante impróprio, imperfeito, irreal ou quase flagrante	187
7.3.	Flagrante presumido, ficto ou assimilado.....	189
7.4.	Flagrante preparado, provocado, crime de ensaio, delito de experiência ou delito putativo por obra do agente provocador.....	189
7.5.	Flagrante esperado	191
7.5.1.	Venda simulada de droga	192
7.6.	Flagrante prorrogado, protelado, retardado ou diferido: ação controlada e entrega vigiada.....	193
7.7.	Flagrante forjado, fabricado, maquinado ou urdido	197
8.	Prisão em flagrante nas várias espécies de crimes.....	198
8.1.	Prisão em flagrante em crime permanente.....	198
8.2.	Prisão em flagrante em crime habitual.....	199
8.3.	Prisão em flagrante em crime de ação penal privada e em crime de ação penal pública condicionada	200
8.4.	Prisão em flagrante em crimes formais	201
8.5.	Prisão em flagrante em crime continuado (flagrante fracionado).....	201
9.	Flagrante e apresentação espontânea do agente	202
10.	Lavratura do auto de prisão em flagrante delito.....	203
10.1.	Autoridade com atribuições para a lavratura do auto de prisão em flagrante..	204
10.2.	Condutor e testemunhas.....	206
10.3.	Interrogatório do preso	207
10.4.	Fracionamento do auto de prisão em flagrante delito	209
10.5.	Prazo para a lavratura do auto de prisão em flagrante delito.....	209
10.6.	Relaxamento da prisão em flagrante pela autoridade policial (auto de prisão em flagrante negativo)	210
10.7.	Recolhimento à prisão	211
10.8.	Remessa do auto à autoridade competente	211
10.9.	Remessa do auto de prisão em flagrante delito à autoridade judiciária.....	212
10.10.	Remessa do auto de prisão em flagrante à Defensoria Pública, se o atuado não informar o nome de seu advogado.....	212
10.11.	Nota de culpa.....	212
11.	Convalidação judicial da prisão em flagrante	213
11.1.	Relaxamento da prisão em flagrante ilegal	214
11.2.	Conversão da prisão em flagrante em preventiva (ou temporária)	215
11.3.	Concessão de liberdade provisória, com ou sem fiança, cumulada (ou não) com as medidas cautelares diversas da prisão	220
11.4.	Prazo para a aplicação do art. 310 do CPP.....	221
12.	Modelos pertinentes ao assunto	223
12.1.	Modelo de auto de prisão em flagrante delito.....	223
12.2.	Modelo de ratificação de prisão em flagrante pela autoridade policial	226

12.3. Modelo de ratificação de prisão em flagrante com concessão de fiança pela autoridade policial	228
12.4. Modelo de termo circunstanciado	229
12.5. Modelo de termo de assunção de compromisso de comparecimento aos Juizados Especiais Criminais.....	230
12.6. Modelo de conversão de prisão em flagrante em preventiva	231
CAPÍTULO 5	
PRISÃO PREVENTIVA	233
1. Conceito de prisão preventiva	233
2. Decretação da prisão preventiva durante a fase preliminar de investigações	234
3. Decretação da prisão preventiva durante o curso do processo criminal.....	236
4. Iniciativa para a decretação da prisão preventiva	238
4.1. Decretação da prisão preventiva pelo juiz de ofício	239
4.2. Legitimidade para o requerimento de decretação da prisão preventiva	239
5. Pressupostos	239
5.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	240
5.2. <i>Periculum libertatis</i>	241
5.2.1. Garantia da ordem pública	242
5.2.2. Garantia da ordem econômica	248
5.2.3. Garantia de aplicação da lei penal.....	249
5.2.3.1. Prisão de estrangeiros e garantia de aplicação da lei penal ..	251
5.2.4. Conveniência da instrução criminal.....	253
5.2.5. Descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares	254
6. Hipóteses de admissibilidade da prisão preventiva.....	255
6.1. Crimes dolosos punidos com pena máxima superior a 4 (quatro) anos.....	255
6.2. Investigado ou acusado condenado por outro crime doloso em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no art. 64, inciso I, do Código Penal.....	257
6.3. Quando o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.....	258
6.4. Dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou não fornecimento de elementos suficientes para seu esclarecimento.....	261
7. Prisão preventiva e excludentes de ilicitude e de culpabilidade.....	263
8. Duração da prisão preventiva e excesso de prazo na formação da culpa	264
8.1. Noções introdutórias	264
8.2. Leis 11.689/08 e 11.719/08 e novo prazo para a conclusão do processo quando o acusado estiver preso	267
8.3. Natureza do prazo para o encerramento do processo e princípio da proporcionalidade.....	270
8.4. Hipóteses que autorizam o reconhecimento do excesso de prazo	271

8.5. Excesso de prazo provocado pela defesa	273
8.6. Excesso de prazo após a pronúncia ou o encerramento da instrução criminal: mitigação das súmulas 21 e 52 do STJ	275
8.7. Excesso de prazo e aceleração do julgamento	276
8.8. Relaxamento da prisão por excesso de prazo e decretação de nova prisão.....	277
8.9. Excesso de prazo e efeito extensivo	277
8.10. Relaxamento da prisão preventiva e liberdade plena	277
8.11. Relaxamento da prisão e natureza da infração penal	278
8.12. Excesso de prazo e investigado ou acusado solto	279
9. Fundamentação da decisão que decreta a prisão preventiva.....	280
9.1. Fundamentação <i>per relationem</i>	283
10. Revogação da prisão preventiva	283
11. Apresentação espontânea do acusado.....	287
12. Prisão preventiva no Código de Processo Penal Militar	288
13. Modelos pertinentes ao assunto	290
13.1. Modelo de requerimento de revogação de prisão preventiva	290
13.2. Modelo de auto de apresentação espontânea.....	291

CAPÍTULO 6

DA PRISÃO TEMPORÁRIA	293
1. Origem.....	293
2. Conceito de prisão temporária	294
3. Requisitos	295
3.1. Da imprescindibilidade da prisão temporária para as investigações.....	297
3.2. Ausência de residência fixa e não fornecimento de elementos necessários ao esclarecimento da identidade do indiciado.....	299
3.3. Fundadas razões de autoria ou participação do indiciado nos crimes listados no inciso III do art. 1º da Lei nº 7.960/89 e no art. 2º, §4º, da Lei nº 8.072/90.....	300
4. Do procedimento	307
5. Prazo.....	309
6. Direitos e garantias do preso temporário.....	310
7. Modelos pertinentes ao assunto	311
7.1. Modelo de representação da autoridade policial objetivando a decretação da prisão temporária.....	311
7.2. Modelo de representação da autoridade policial objetivando a prorrogação do prazo da prisão temporária	313
7.3. Modelo de requerimento de prisão temporária formulado pelo Ministério Público	314

CAPÍTULO 7

DAS PRISÕES DECORRENTES DE PRONÚNCIA E DE SENTENÇA CONDENATÓRIA RECORRÍVEL.....	315
--	------------

1. Análise histórica das prisões decorrentes de pronúncia e de sentença condenatória recorrível.....	315
2. Recolhimento à prisão como condição para recorrer	324
3. Prisão decorrente de acórdão condenatório em virtude da ausência de efeito suspensivo dos recursos extraordinário e especial.....	331

CAPÍTULO 8

DA PRISÃO DOMICILIAR..... 333

1. Da prisão domiciliar.....	333
1.1. Hipóteses de admissibilidade e ônus da prova.....	335
1.2. Fiscalização da prisão domiciliar	338
1.3. Saídas controladas	339
1.4. Utilização da prisão domiciliar como medida cautelar diversa da prisão preventiva	339
1.5. Detração.....	340

CAPÍTULO 9

DAS MEDIDAS CAUTELARES DE

NATUREZA PESSOAL DIVERSAS DA PRISÃO 341

1. Da ampliação do rol de medidas cautelares de natureza pessoal previstas no Código de Processo Penal	341
2. Comparecimento periódico em juízo.....	343
3. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares	345
4. Proibição de manter contato com pessoa determinada	347
5. Proibição de ausentar-se da Comarca ou do País.....	348
6. Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos.....	350
7. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira.....	351
8. Internação provisória	355
9. Fiança	359
10. Monitoração eletrônica	360
11. Medidas cautelares de natureza pessoal diversas da prisão previstas na legislação especial	364
12. Poder geral de cautela no processo penal.....	367

CAPÍTULO 10

DA LIBERDADE PROVISÓRIA 373

1. Conceito	373
2. Distinção entre relaxamento da prisão, liberdade provisória e revogação da prisão cautelar.....	377
2.1. Quadro comparativo entre relaxamento da prisão, revogação da prisão cautelar e liberdade provisória	379
3. Espécies de liberdade provisória	379
4. Liberdade provisória sem fiança.....	380

4.1.	Revogada liberdade provisória sem fiança nas hipóteses em que o conduzido livrava-se solto	380
4.2.	Liberdade provisória sem fiança nas hipóteses de discriminantes.....	381
4.3.	Revogada liberdade provisória sem fiança pela inexistência de hipótese que autorizasse a prisão preventiva (antiga redação do art. 310, parágrafo único)	384
4.4.	Liberdade provisória sem fiança por motivo de pobreza	386
5.	Liberdade provisória com fiança.....	387
5.1.	Conceito e natureza jurídica da fiança.....	387
5.2.	Momento para a concessão da fiança	389
5.3.	Concessão de fiança pela autoridade policial.....	390
5.4.	Valor da fiança	391
5.5.	Infrações inafiançáveis.....	392
5.5.1.	Infrações inafiançáveis que passaram a admitir fiança após a Lei nº 12.403/11.....	393
5.5.1.1.	Crimes punidos com reclusão em que a pena mínima cominada fosse superior a 2 (dois) anos (antiga redação do art. 323, I).....	393
5.5.1.2.	Contravenções tipificadas no art. 59 e no revogado art. 60 da Lei das Contravenções Penais (antiga redação do art. 323, II).....	394
5.5.1.3.	Crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade, se o réu já tivesse sido condenado por outro crime doloso em sentença transitada em julgado (antiga redação do art. 323, III).....	394
5.5.1.4.	Em qualquer caso, se houvesse no processo prova de ser o réu vadio (revogado inciso IV do art. 323)	395
5.5.1.5.	Crimes punidos com reclusão, que provocassem clamor público ou que tivessem sido cometidos com violência contra a pessoa ou grave ameaça (revogado inciso V do art. 323)	396
5.5.1.6.	Preso em gozo de suspensão condicional da pena ou de livramento condicional.....	396
5.5.2.	Racismo	396
5.5.3.	Crimes hediondos, tráfico de drogas, terrorismo e tortura.....	397
5.5.4.	Ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático	397
5.5.5.	Anterior quebraimento de fiança no mesmo processo ou descumprimento das obrigações dos arts. 327 e 328 do CPP	397
5.5.6.	Prisão civil ou militar.....	398
5.5.7.	Presença das hipóteses que autorizam a prisão preventiva	398
5.6.	Obrigações processuais	398
5.7.	Incidentes relativos à fiança	399

5.7.1. Quebramento da fiança	399
5.7.2. Fiança definitiva	401
5.7.3. Perda da fiança	401
5.7.4. Cassação da fiança	402
5.7.5. Reforço da fiança	403
5.7.6. Fiança sem efeito (inidoneidade da fiança)	403
5.7.7. Dispensa da fiança	404
5.7.8. Conversão da liberdade provisória com fiança em liberdade provisória sem fiança	404
5.7.9. Destinação da fiança	404
5.7.10. Execução da fiança	406
6. Liberdade provisória obrigatória	406
7. Liberdade provisória proibida	407
8. Liberdade provisória com vinculação	418
9. Liberdade provisória sem vinculação	419
10. Liberdade provisória e definição jurídica do fato delituoso pela autoridade policial ou pelo Ministério Público	419
11. Liberdade provisória e recursos	420
12. Liberdade provisória no Código de Processo Penal Militar	421
13. Menagem	425
14. Modelos pertinentes ao assunto	427
14.1. Modelo de requerimento de liberdade provisória sem fiança	427
14.2. Modelo de requerimento de liberdade provisória com fiança	429
BIBLIOGRAFIA.....	431